



Capa | Jorge Raposo

Composição que tem por base duas imagens ilustrativas dos resíduos que caracterizam os contextos da Arqueologia contemporânea: na que preenche o fundo, predomina o omnipresente plástico descartado sem regra nem cuidado; em primeiro plano, um disco rígido exemplifica os componentes informáticos que a rápida obsolescência condena a lixo electrónico.

Fotos | © Tânia Casimiro, Joel Santos, João Sequeira e Daniel Carvalho.

al-madama
ARQUEOLOGIA · PATRIMÓNIO · HISTÓRIA LOCAL

2.ª Série, N.º 28, Novembro 2025

Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 603 EC Pragal
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.caa.org.pt

Publicidade e Distribuição |

Centro de Arqueologia de Almada

Registo de imprensa | 108998

ISSN | 0871-066X

Depósito legal | 92457/95

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Impressão | Jorge Fernandes Ld.ª

Rua Qt.ª do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca de Caparica

Tiragem | 300 exemplares

Periodicidade | Anual

Apoios | Associação dos Arqueólogos Portugueses / Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Almada / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

A(s) Arqueologia(s) Contemporânea(s) enfrenta(m), em Portugal, desafios idênticos aos que têm animado o debate internacional, na definição do seu objecto, aparato teórico, metodologias e âmbito de aplicação, de modo a conquistar espaço operativo para gerar conhecimento no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Esbatendo frequentemente fronteiras com outras áreas do saber, essa(s) Arqueologia(s) estuda(m) as materialidades no contexto de relações sociais e políticas, não de um tempo distante, mas de uma contemporaneidade marcada pela presença efectiva ou próxima de muitos dos seus agentes. O(a) arqueólogo(a) sente, por isso, responsabilidades políticas, sociais e afectivas que refutam a pseudoneutralidade científica, apelando antes a uma Arqueologia mais inclusiva e activista, que desafia as estruturas de poder e os discursos oficiais, tomando posição nos debates sociais, políticos e institucionais; uma Arqueologia que promove uma perspectiva ecológica, transformadora de hábitos de consumo e modos de vida ao pensar o passado e o presente sem esquecer o futuro da Humanidade e do planeta; uma Arqueologia que, ao estudar as materialidades e as relações que entretecem e complexificam a vida humana, deve também confrontar as ideologias que desumanizam. É este o pano de fundo do dossiê central desta *Al-Madama*, que reúne alguns dos trabalhos apresentados ao 1.º Congresso de Arqueologia Contemporânea em Portugal, realizado na Universidade Nova de Lisboa, em Novembro de 2024. Espelha bem a diversidade da reflexão teórica, do âmbito de aplicação e das metodologias que, hoje em dia, vão consolidando a(s) Arqueologia(s) Contemporânea(s) no nosso país e demonstra o seu potencial enquanto ferramenta(s) de análise ética e crítica de um presente que é também arqueológico. Outros temas da actualidade nacional encontram espaço merecido nesta edição, nomeadamente o da eventual criação de uma Ordem dos Arqueólogos em Portugal, ou o do conturbado processo de intervenção no claustro da Sé de Lisboa, para uma obra de “valorização” que normaliza a destruição de parte significativa do património arqueológico aí preservado. Justificada e oportuna é também a reflexão sobre o modo como a historiografia aborda as origens do povo português, que desde o século XV relaciona com os *Lusitanos*, estabelecendo uma etnogénese que ainda anima o debate científico, onde emergem outras hipóteses assentes na investigação mais recente sobre a Proto-História europeia. São apenas alguns destaques de muitas outras matérias a justificar leitura. Como sempre, votos de que essa leitura proporcione prazer e saber.

Jorge Raposo, 22 de Outubro de 2025

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Conselho científico | Amílcar Guerra, António Nabais, Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de Almada (sede)

Resumos | Autores e Jorge Raposo (português), Luísa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica | Jorge Raposo

Revisão | Autores e Fernanda Lourenço (CAA)

Colunistas | Amílcar Guerra, Luís Raposo, António Manuel S. P. Silva, Carlos Marques da Silva e Victor Mestre

Colaboram neste número |

Nelson J. Almeida, José M. Arnaud, Beatriz C. Barata, Regis Barbosa, Rúben Barbosa, João Barreira, Pedro Barros, Eva Basílio, Luísa Batalha, Catarina Bolila, Domingos Borges, Luís Borges, Sara Brito, Jacinta Bugalhão, Guilherme Cardoso, João L. Cardoso, Daniel Carvalho, Tânia M. Casimiro, Ricardo Coelho, Raphael S. Corrêa, Cláudia Costa, Leandro M. C. Costa, Catarina Costeira, Mariana Dinis, André Donas-Botto, Ana L. Duarte, José d'Encarnação, Jorge Feio, Álvaro Ferreira, Vanessa G. Filipe, Raquel

Gonzaga, Amílcar Guerra, José P. Henriques, Afonso Leão, António Marques, Victor Mestre, José L. Neto, Nuno Neto, César Neves, João Oliveira, Maria F. Palma, Pedro Parreira, Paulo C. Pinto, Nuno F. P. Pires, Eduardo Porfírio, Jorge Raposo, Luís Raposo, Joana Reis, Rui Ribolhos, Joel Santos, Ricardo M. Sarmiento, Bilal Sarr, João Sequeira, Miguel Serra, António Manuel S. P. Silva, Carlos M. da Silva, Ana G. Sousa, Diogo Varandas e Alexandra Vieira

Os conteúdos editoriais da *Al-Madama* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

RESUMO

Resenha da historiografia dedicada à Pré-História portuguesa, entrecruzada com as grandes ideias filosóficas e políticas que, desde o século XVI, influenciaram os sucessivos autores que abordaram nas suas obras as origens do povo português.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arqueologia portuguesa; Pré-História; Historiografia.

ABSTRACT

Summary of the historiography dedicated to Portuguese Prehistory, intertwined with the great philosophical and political ideas that have influenced successive Portuguese authors dealing with the origins of the Portuguese people since the 16th century.

KEY WORDS: History of Portuguese Archaeology; Prehistory; Historiography.

RÉSUMÉ

Compte-rendu de l'historiographie dédiée à la Préhistoire portugaise, entrecroisé avec les grandes idées philosophiques et politiques qui, depuis le XVIème siècle, ont influencé les auteurs successifs qui ont abordé dans leurs œuvres les origines du peuple portugais.

MOTS CLÉS: Histoire de l'Archéologie portugaise; Préhistoire; Historiographie.

Em Busca das Nossas Origens Pré-Históricas

uma resenha da Historiografia portuguesa

João Luís Cardoso ¹

A temática, difícil e de tratamento sempre incompleto, que me propus tratar, cruza-se com as grandes ideias filosóficas e políticas que, desde o século XVI, influenciaram os sucessivos autores que abordaram nas suas obras, de finalidades e naturezas muito distintas, as origens do povo português.

André de Resende, que foi o primeiro humanista português a discutir esta ideia, utilizou o vocábulo “Lusíadas” como sinónimo de Portugueses em 1531, repetindo-o em 1534. Finalmente, nas suas *Antiguidades da Lusitânia* iria sustentar com evidências materiais que “somos sucessores e descendentes dos Lusitanos”, conceito este que, segundo Herculano, “passou a crença nacional” (HERCULANO, 1846: 40). Resende, ao estudar numerosas inscrições romanas que pacientemente recolheu e publicou, em especial na região de Évora (RESENDE, 1593), onde vivia, não resistiu à tentação de criar outras, com conteúdos por si elaborados, com o intento de valorizar a superioridade moral dos Lusitanos perante os Romanos, que os subjugaram. Algumas dessas inscrições ainda podem ser apreciadas no museu de Évora, não devendo confundir-se com simples falsificações para glória de quem as publicou, mas antes como expressão da afirmação do patriotismo “lusitano” numa época em que já era evidente o declínio do Império.

Note-se que a primeira edição desta obra, impressa em Évora, remonta a 1593 já depois da perda da independência e do falecimento do seu autor.

A utilização da palavra “Lusitanos” como sinónimo de portugueses remonta, tanto quanto se pode concluir, a 1473, quando o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, numa oração recitada perante o Papa Sixto IV numa sua intervenção pública em Roma, fixou aquela designação para o futuro. Estava já plenamente arraigada, tanto no espírito erudito como no popular, no decurso do século seguinte, como bem demonstra o nome da obra maior na nossa literatura: *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

Foi também essa a época em que o cronista-mor do reino, Frei Bernardo de Brito (1569-1617), compôs a sua obra monumental, *Monarchia Lusitana*, eivada de considerandos fantasiosos e de origem não histórica que tiveram os seus seguidores até tarde. No seu livro primeiro refere que, ao ano 400 do Dilúvio, correspondente ao ano 2056 da criação do mundo ou 906 antes do nascimento de Cristo, se reportam os feitos d’el Rei Brigo,

¹ Investigador-Coordenador convidado.

ICA-EHB - Interdisciplinary Center for Archaeology and the Evolution of Human Behaviour / Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano (Universidade do Algarve). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-08-23.

senhor de Espanha, e do particular amor que teve aos Lusitanos, tendo no seu território fundado muitas cidades “onde a memória deste rei foi mais celebrada, porque a todos os povos, que fundavam novamente, lhes davam o nome de Briga. Como são no Reyno do Algarve Lacobriga, junto donde agora está a villa de Lagos, Cetobriga, perto de Setuval, Conimbriga, cidade famosissima, & huma das mais principais de Lusytania, onde as sciencias estão florentissimas, & a fazem huma segunda Athenas; a quem devemos todos os Portugueses a honra & fama, que temos entre as nações estrangeiras” (BRITO, 1806: 67). Sem nos determos sobre outros considerando fantasiosos de semelhante teor, comuns em escritores dos séculos XVII e XVIII em resultado das interpretações pretensamente eruditas que faziam dos escassos relatos de época que nos chegaram, avultam dois nomes que importa relembrar, por razões opostas: o primeiro é o de Frei Henrique de Santo António. Nas suas *Crônicas dos Eremitas da Serra d’Ossa* (Fig. 1), publicadas em 1745, interpretou as antas existentes naquele lugar como correspondendo a lugares sacrificiais: “E estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offereção sacrificio a seus Deoses em gratificação da vitória alcançada” (SANTO ANTÓNIO, 1745: 82). A passagem transcrita evoca um tempo ainda muito longe do pensamento histórico-arqueológico, mas já em que as evidências materiais facilmente observadas no terreno suportavam as interpretações possíveis. É neste contexto que sobressai, na mesma época, mas por razões opostas, o segundo autor que importa destacar. Trata-se de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, que apresentou a 30 de julho de 1733 conferência sobre a antiguidade dos dólmenes no território português, publicada nesse mesmo ano nas memórias da Academia Real da História Portuguesa (Fig. 2). O texto, já estudado em detalhe pelo signatário (CARDOSO, 2022), revela um pensamento pré-científico, ao rejeitar a associação dos monumentos megalíticos aos Lusitanos, ao contrário do que faziam, antes dele, a generalidade dos autores portugueses. Com efeito, a análise das superfícies dos enormes blocos que constituem os dólmenes por ele directamente observados, levou o erudito académico a rejeitar a possibilidade de terem sido utilizados instrumentos de ferro, reportando-os, em alternativa, a comunidades judaicas muito mais antigas, fixadas no território português, dado que, conforme nos informa o Antigo Testamento, na construção dos templos e altares judaicos estava interdita a utilização de instrumentos de ferro, como de facto aquelas superfícies comprovavam. Trata-se da primeira vez em que a análise de uma situação concreta, por via da aplicação do método da observação, resultou em uma conclusão científica, ainda que esta

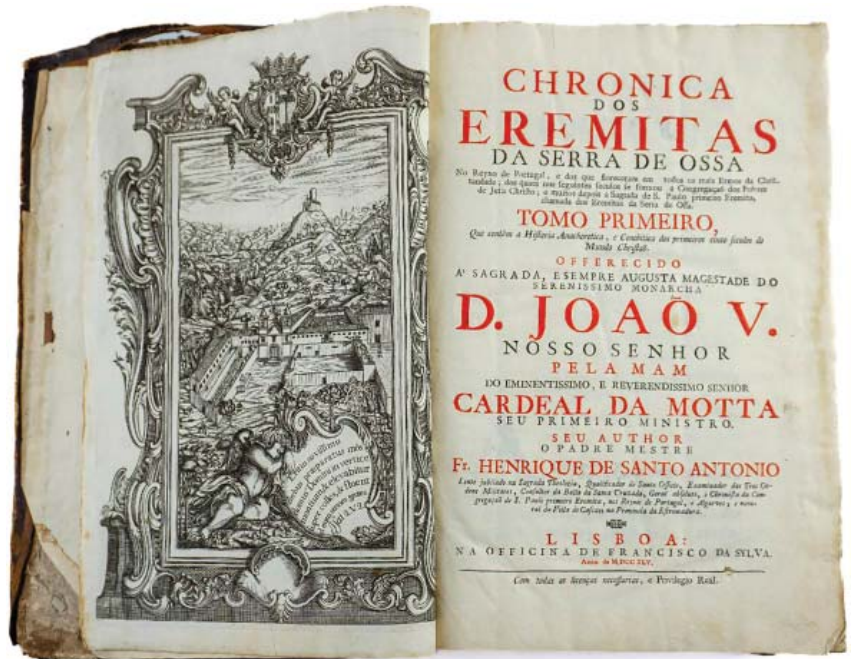


Foto: João Luís Cardoso.

FIG. 1 – Folha de rosto e ilustração da *Crônica dos Eremitas da Serra de Ossa* (SANTO ANTÓNIO, 1745). Exemplar do autor.



Fotos: João Luís Cardoso.

FIGS. 2 e 3 – Primeira página da conferência apresentada à Academia Real da História Portuguesa a 30 de julho de 1733, por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, e nesse mesmo ano publicada (MENDONÇA, 1733). Exemplar da Academia Portuguesa da História.

À direita, busto de Alexandre Herculano na cidade de Santarém.

se encontrasse balizada pelo quadro conceptual da época. A situação só muito lentamente viria a mudar, tendo sido necessário esperar mais de um século para que tal se verificasse. Entretanto, grassava por toda a Europa a “Celtomania”, que só em meados do século XIX começou a perder força. Data dessa época (1846) a publicação do primeiro volume da *História de Portugal* de Alexandre Herculano (Fig. 3). O objectivo do grande historiador foi o de estabelecer

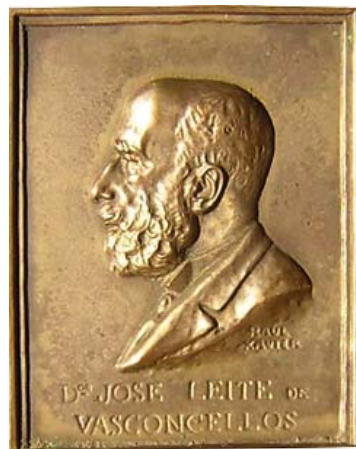
“os quadros sócio-jurídicos do Estado Português nos sécs. XII e XIII através da documentação escrita” (MACEDO, 1970: 10). De facto, como bem salientou Jorge Borges de Macedo, a discussão de questões anteriores à Nacionalidade, como as influências fenícias e cartaginesas, a questão do despovoamento (ermamento) e a destruição ou substituição de populações, é elaborada sem recorrer a dados arqueológicos, o que não significa um desprezimento de Herculano em relação à Arqueologia. Simplesmente, tais dados não existiam à época, até porque a Arqueologia, à data da 1.ª edição da sua *História de Portugal*, estava ainda nos seus primórdios, sendo “mais uma curiosidade que uma técnica ordenada de trabalho” (IDEM: 12). Mas a prova de que Herculano era sensível a utilizar os argumentos da Arqueologia, existissem eles à época, é a sua afirmação de que “o verdadeiro mister da história é averiguar qual foi a existência das gerações que passaram” (HERCULANO, 1846: 7).

Herculano, não obstante ter negado a relação entre Lusitânia e Portugal, soube reconhecer o significado dos castros do Norte de Portugal, admitindo que “dessas ‘cabanas circulares construídas de pedras soltas’ muito se poderia tirar para apreender o passado” (MACEDO, 1970: 21). Mas, como as regras que conhecia não podiam ser aplicadas a esse tipo de documentos materiais, para ele, era uma exigência científica não os utilizar. Diz HERCULANO (1846: 46): “Temos examinado as relações que se poderiam dar entre nós e aquela porção de tribos célticas denominadas os lusitanos. – Qual é o resultado de tudo o que fica dito? – que é impossível ir entroncar com elas a nossa história ou delas descer logicamente a esta. Tudo falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses bárbaros e nós”.

Impunha-se fazer uma revisão das ideias de Herculano e ultrapassar as suas críticas, o que só seria possível recorrendo a novos dados. “E foi à procura desses elementos [...] que a Arqueologia em Portugal dedicou, durante muito tempo, os seus esforços. Para isso não poderia deixar de ser cientificamente concebida e praticada” (MACEDO, 1970: 18). A súplica apresentada por Fernando de Almeida no ciclo das comemorações do 1.º centenário da morte de Alexandre Herculano, levadas a cabo pela Academia Portuguesa da História, dá uma pálida ideia dos progressos realizados desde então em tal domínio (ALMEIDA, 1977).

Com efeito, para suprir aquelas afirmações, que resultavam simplesmente da falta de informação, avultou, em primeiro lugar, José Leite de Vasconcelos (Fig. 4). As *Religiões da Lusitânia*, escritas com base na investigação nova por ele realizada, sobretudo no terreno, constituía primeira resposta cabal à crítica de Herculano. Ao referir as populações que habitavam o vale da ribeira de Muge no Mesolítico Final, declarou que foram aqueles humildes povos, a par

dos que lhes sucederam no Neolítico, “os nossos mais antigos avós. D’elles proviemos physica ou moralmente. Humildes, digo, mas nem por isso menos dignos de que lhes tributemos a glória eterna, pois na sua humildade foram heroes, foram os precusores da civilização de que gozamos [...]. Elles povoarão pela primeira vez o território em que nascemos; os seus castros roqueiros derão origem ás nossas aldeias, ás nossas villas, ás nossas cidades: Cale, Aeminiun, Collipo, Scallabis, Olisipo... de certo constituirão primitivamente mesquinhos logarejos entaliscados no coruto dos outeiros” (VASCONCELOS, 1897: 67-68). Mais tarde, em 1923, publicou resumo do primeiro capítulo do segundo volume da *Etnografia Portuguesa*, a outra obra maior da bibliografia leiteana, cujo primeiro volume só foi impresso dez anos depois (VASCONCELOS, 1933). A propósito das origens do povo português, declarou então o seguinte: “a origem do povo português ascende à época lusitana. Os elementos étnicos primordiais ou fundamentais que o compõem são prehistoricos e protohistoricos (uns e outros muito variados e misturados), aos quais no processo do tempo se agregaram elementos romanos (igualmente muito complexos) e germânicos” (VASCONCELOS, 1933: 1). Esta perspectiva conduz a abordar a difícil questão da etnogénesis dos Lusitanos, sobre a qual tanto se tem escrito. Poderíamos mesmo fazer um colóquio sobre tal matéria, e muito ainda iria ficar por concluir. Martins Sarmiento (Fig. 5), que, antes de Leite de Vasconcelos, abordou esta questão, considera que os Lusitanos seriam formados por um grupo de velhas tribos de origem ariana que se manteve no noroeste peninsular com a sua língua e costumes até à conquista romana. Esta visão, sumariada 145 anos depois (SARMENTO, 1880), mantém-se actual na sua essência.



Arquivo F. Forro: João Luís Cardoso.



FIGS. 4 e 5 – Medalha de prata com a efigie de José Leite de Vasconcelos, da autoria do escultor Raul Xavier, executada em 1958, por ocasião do 90.º aniversário do seu nascimento (1858-08-07), e do 5.º aniversário da sua nomeação para professor de numismática.

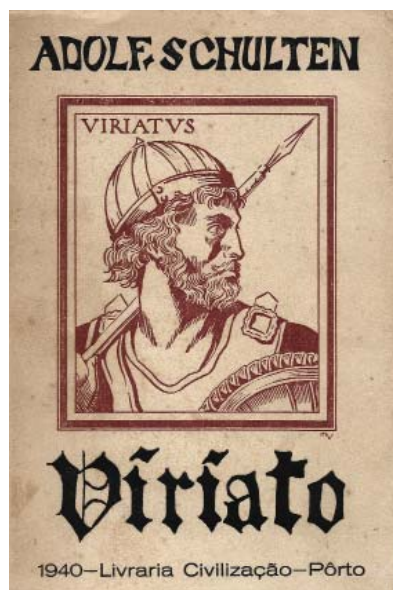
À direita, Francisco Martins Sarmiento (1833-1899). In *Ilustração Portuguesa*, 1904.

Francisco Sarmiento

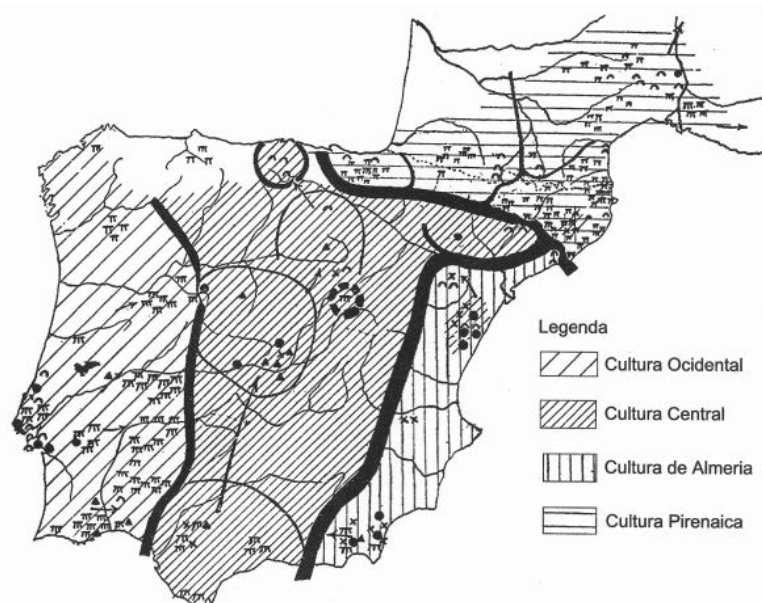
Já no século XX, são de destacar os contributos de Mendes Corrêa, que, em 1924, publicou obra de grande divulgação e aceitação, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Na senda de Leite de Vasconcelos, considerou que os Lusitanos seriam o resultado “da evolução das populações indígenas do território mestiçadas mais ou menos por elementos estranhos, entre os quais os Celtas possivelmente com nova penetração de sangue dos Iberos da Ibéria” (CORRÊA, 1924: 138-139).

Adolf Schulten, que recorreu às fontes clássicas, a par das informações arqueológicas, parece oscilar entre o iberismo e o celtismo desde as suas primeiras obras publicadas. Em 1940, reflectindo a onda nacionalista da época, produziu ensaio dedicado ao caudilho lusitano, situando aquele povo, como sempre defendeu, desde o Guadiana ao Douro, diferenciado dos *Celtici* do sudoeste com base em autores clássicos como Políbio, Estrabão e Diodoro (SCHULTEN, 1940) (Fig. 6). Tal tem sido também o critério seguido pela generalidade dos autores portugueses. Data também da década de 1920 a primeira síntese de Pedro Bosch Gimpera (Fig. 7) sobre a Etnografia pré-histórica da Península Ibérica (BOSCH GIMPERA, 1922), seguida por obras ulteriores, de que deve ser destacada a publicada em 1945 (BOSCH GIMPERA, 1945). Nela, admite os Lusitanos como um povo ibérico, oriundo da área mediterrânea da Espanha, donde teriam emigrado em data anterior ao século VI a.C. visto que, para ele, já são citados na *Ora Marítima*, obra baseada em périplo massaliota do século VI a.C., compilada no século IV d. C. por *Rufius Festus Avienius*.

Trata-se da tão discutida expressão “*pernix ligus*” ou “*lusis*”, em que alguns autores vêem uma referência aos antepassados dos Lusitanos, ou aos próprios Lusitanos, como é o caso de Mendes CORRÊA (1924) e de Justino Mendes de ALMEIDA (1967), que também aceita naquele passo a alusão aos Lusitanos, mas sugere, por razões métricas, a emenda para “*Lycis*”. BOSCH GIMPERA (1974), na sua última obra de síntese dedicada à etnogénesis dos antigos povos peninsulares, admite que os Lusitanos eram populações indígenas com origem pré-histórica, no Neolítico e no Calcolítico do Ocidente Peninsular, região onde de facto se assinalam particularidades no registo arqueológico que a individualizam. Assim é com a distribuição dos monumentos dolmênicos, realidade bem evidenciada por Bosch Gimpera desde 1922 (Fig. 8), aos quais foi desde cedo reconhecida identidade própria, ainda que erroneamente filiada no Mediterrâneo oriental (DANIEL, 1941) (Fig. 9). Tais monumentos têm fornecido,



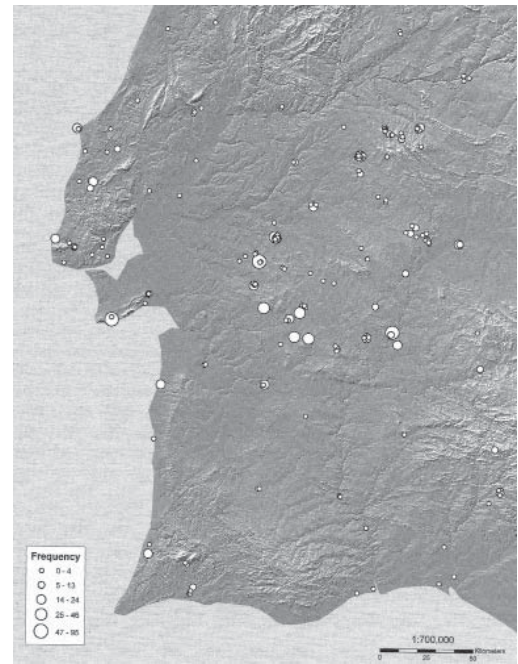
FIGS. 6 e 7 – Capa do opúsculo *Viriato*, de Adolf SCHULTEN (1940). À direita, Pedro Bosch Gimpera (1891-1974).



FIGS. 8 e 9 – Delimitação da “Cultura Dolmênica Ocidental”, segundo BOSCH GIMPERA (1922).

Em baixo, génese do megalitismo do “Grupo Lusitaniano” supostamente nos *tholoi* cretenses da Idade do Bronze (segundo DANIEL, 1941).





especialmente na região alentejana, largas centenas de placas de xisto decoradas (Fig. 10), produções de natureza simbólica que reforçam a identidade cultural daquela região entre os finais do 4.º milénio a.C. e os meados do milénio seguinte (LILLIOS, 2008) (Fig. 11). Às placas de xisto somam-se os chamados báculos de xisto (Fig. 12), de expressão geográfica mais restrita e com evidentes incidências sociais, que reforçam a identidade cultural própria da bordadura do centro-oeste peninsular (CARDOSO, 2021) (Fig. 13).

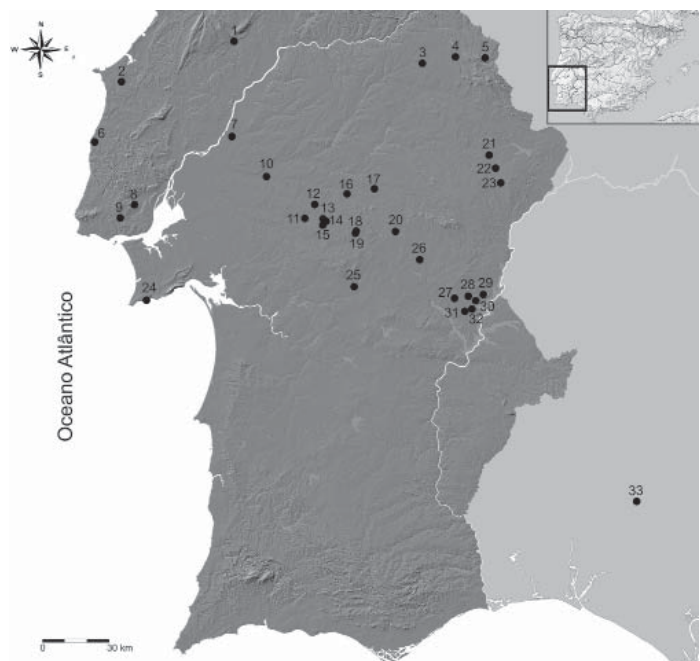
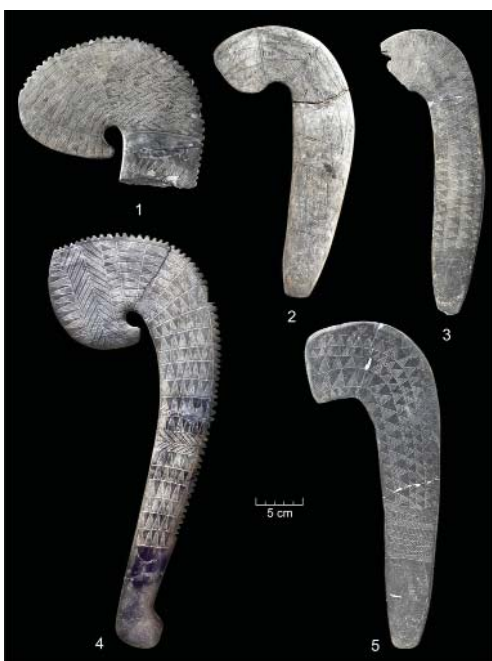
A esta visão localista sobre as origens pré-históricas dos Lusitanos, contrapôs-se Scarlat LAMBRINO (1957), que defendeu origem céltica indo-europeia e alóctone para os Lusitanos na região alpina, baseado em argumentos toponímicos e antroponímicos.

FIGS. 10 e 11 – Placas de xisto decoradas da gruta artificial de S. Paulo (Almada).

À direita, distribuição geográfica das placas de xisto, evidenciando a sua ocorrência quase exclusiva no território português (segundo LILLIOS, 2008).

FIGS. 12 e 13 – Báculos de xisto decorados de diversos monumentos megalíticos alto-alentejanos (segundo CARDOSO, 2021).

À direita, distribuição geográfica dos báculos de xisto, evidenciando a sua ocorrência quase exclusiva no território português (segundo CARDOSO, 2021).



Na verdade, tem sido de há muito admitida a chegada ao Ocidente Peninsular de populações célticas portadoras da “cultura dos Campos de Urnas” e praticando incinerações. A primeira vaga, reportada ao Bronze Final e aos inícios do 1.º milénio a.C., encontra-se corporizada no território português pelas necrópoles do Tanchual e do Meijão, na região de Alpiarça, e, mais a montante, no vale do Tejo, pela incineração em contexto doméstico no Monte de S. Domingos, no Tejo Internacional (CARDOSO, CANINAS e HENRIQUES, 1998) (Fig. 14), a que se somam outras necrópoles de incineração, da mesma época, conhecidas na região de Viseu. Essas ocorrências corporizam, de facto, a chegada de populações oriundas da Europa Central, via Catalunha.



FIG. 14 – Cabana do Bronze Final do Monte de S. Domingos, no Tejo Internacional, contendo uma urna cinerária enterrada no interior da habitação, ilustrando a progressão da tradição deste tipo de tumulação ao longo do vale do Tejo.

Em meados do 1.º milénio a.C., e com a mesma origem geográfica, novas populações célticas terão chegado ao território português, conforme documentam as necrópoles da região de Elvas e de Alcácer do Sal. Tal teoria encontra-se sumarizada graficamente na obra de Pedro Bosch Gimpera, *Two Celtic waves in Spain* (BOSCH GIMPERA, 1939), a que Martín Almagro Gorbea faz corresponder uma única vaga migratória, prolongada no tempo, alicerçada em investigação pessoal sobre a etnogenia dos povos peninsulares que o autor, desde há meio século, vem desenvolvendo (ALMAGRO GORBEA, 2023).

Aquela perspectiva tem sido seguida por outros estudiosos, que não confundem, e bem, a presença de populações célticas no território hoje português com os Lusitanos, que já cá estavam aquando daquelas chegadas e foram então confrontados com as novas presenças.

Os Lusitanos seriam, pois, “povos pré-celtas que sofreram a influência celta” (CORRÊA, 1924: 303). Mas o significado real desta designação continua a ser objecto de discussão, não se encontrando, por exemplo, registado o seu nome no conjunto dos *populi* que contribuíram para a construção da ponte de Alcântara, sobre o Tejo, em plena Lusitânia romana, no reinado de Trajano, entre 102 e 104 d.C., cuja inscrição original se conservou (ALARCÃO, 1991) (Fig. 15). Assim, a designação de “Lusitanos”, poderia ter sido dada pelos romanos a um conjunto de diversos *populi* da Beira Interior, ou, inversamente, a um “grande povo que, estabelecido na Beira, em diferentes territórios, se teria cindido em diferentes *populi* que teriam adquirido designações próprias e particulares”, sendo ambas as hipóteses aceitáveis para Jorge de ALARCÃO (1988: 47). Em qualquer caso, terá sido o poder e o prestígio desta formação social, granjeado pelo sucesso nas lutas travadas contra o invasor romano, que justificou, da parte destes, a fixação do seu nome entre todos os outros. Tenha-se presente que a língua lusitana ficou registada no alfabeto latino em diversas inscrições rupestres votivas, que abarcam as Beiras e se estendem ao Alto Alentejo, das quais a mais célebre é a do Cabeço das Fráguas (Guarda) (Fig. 16).

Enfim, para Amílcar GUERRA (2015: 24), “A Lusitânia e os lusitanos apresentam-se como uma realidade pré-romana de longa tradição, cuja

Estas Letras estão no Arco do meo da Ponte.

IMP·CESARI·DIVI·NERVE·F·NERVE·TRA
JANO·AVG·GERM·DACICO·PONTIF·MAX·TRIB·
POTES·VIII·IMP·V·CONS·V·P·P·

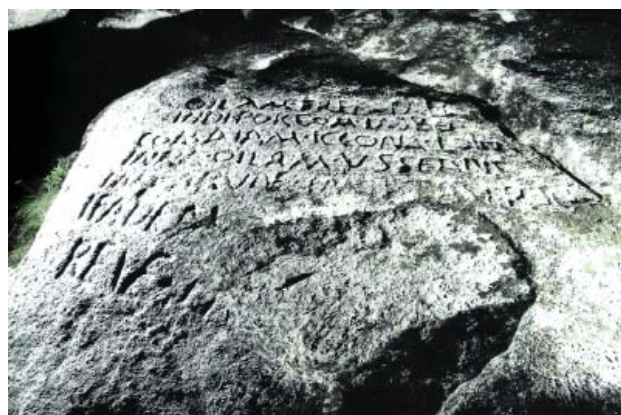
Estas
sobre stas

MUNICIPIA·PROVINCIAE·
LUSITANIAE·STIPE·CONIAT·
QUE·OPVS·PONTIS·FECER·
ICED·ITANI·LANCIENS·
ES·OPPIDANI·INTER·
ANIENSIS·COLARNI·
LANCIENSIS·TRANS·
DANI·ARABI·
MEDVBRICENSIS·
ARTABRICENSIS·
BANENSIS·
PESVRES·

nos Pilares.
Maos de metal.

FIGS. 15 e 16 – Registo da inscrição existente na ponte romana de Alcântara, elencando os diversos *populi* que contribuíram para a sua construção, no tempo de Trajano (segundo ALARCÃO, 1991).

Em baixo, inscrição rupestre votiva lusitana em alfabeto latino de Cabeço das Fráguas, Guarda (segundo ALMAGRO GORBEA, 2023).



origem se discute, mas que se faz geralmente remontar aos inícios do primeiro milénio a.C.”. Deste modo, o autor aceita que os primórdios destas populações, estabelecidas em quase todo o actual território português, ascenderia ao Bronze Final, tendo presente os testemunhos arqueológicos presentemente conhecidos e publicados.

Com efeito, os testemunhos materiais revelados pela Arqueologia levam a aceitar a origem longínqua das populações lusitanas de entre Guadiana e Douro no Bronze Final, as quais teriam como antepassadas directas as comunidades neolíticas e calcolíticas que anteriormente habitaram as mesmas regiões. O seu rasto poderia ascender aos finais do 3.º milénio a.C., e aos tempos campaniformes e epicampaniformes, conforme a perspectiva de Martín Almagro Gorbea, invocando para tal a estela do chefe guerreiro de Longroiva (Fig. 17) e as suas sucedâneas, as chamadas estelas de Guerreiro do Bronze Final, cuja última expressão são, para o referido autor, as estátuas Galaico-Lusitanas do final da Idade do Ferro (Fig. 18), expressão acabada dos chefes guerreiros heroicizados dos castros do Noroeste peninsular.

Quanto a estes, Armando Coelho Ferreira da SILVA (2007) demonstrou que a chamada “Cultura dos Castros” no Noroeste peninsular teve de facto origem no Bronze Final, conforme evidenciaram as suas escavações no castro do Couto da Pena (Caminha) e na cidade de Terroso (Póvoa de Varzim), correspondendo à sua Fase I. É neste quadro que poderão integrar-se os primeiros vestígios proto-célticos da região. A Fase II, iniciada, segundo o referido Autor, em meados do 1.º milénio a.C., absorveu estímulos célticos pós-hallstáticos, bem visíveis na estrutura e decoração de numerosas jóias que se foram vulgarizando na decoração da cerâmica, a par de produções púnicas dos séculos IV-III a.C., juntamente com cerâmicas áticas com a mesma cronologia. Enfim, o início da Fase III coincidiria com a campanha de *Decimus Iunius Brutus*, sendo manifesto o ordenamento proto-urbano dos castros, certamente conexo com a reorganização territorial (citâneas de Sanfins e Briteiros e Cidade de Âncora), já no quadro da plena romanização.

Porém, este ambiente de profundas modificações administrativas e políticas, foi também, ao mesmo tempo, marcado por evidentes continuidades, as quais jamais colocaram em causa a essência destas populações e a existência de particularidades culturais de incidência geográfica: “*se, em bloco, é inegável a integração do Norte de Portugal na unidade cultural do Noroeste peninsular, com a sistematização do conjunto de materiais para o seu estudo tornaram-se mais claros os contornos de uma subunidade meridional centrada no Entre Douro e Minho e que terá pervivido no interior dos limites do convento bracaraugustano*” (SILVA, 2007: 465). Foram estas mesmas populações que com a romanização desceram aos vales, onde desenvolveram novas actividades económicas, que tiveram, também elas, evidente continuidade após o fim do império romano, sem embargo da chegada de novos senhores: os que, primeiramente, organizaram o reino suevo, seguidos, a curto trecho, da afirmação da monarquia visigótica, associada a novas transformações no ordenamento e gestão do território, que persistiram com poucas alterações até ao século XII.



Foto: Arquivo João L. Cardoso / M. Farinha dos Santos.

FIG. 17 – Estela epicampaniforme de Longroiva, representando guerreiro armado de arco, punhal e uma alabarda na mão direita.

Mas, importa sublinhar, tais transformações, como as anteriormente verificadas, desde pelo menos o Bronze Final, fizeram-se sob o signo da continuidade demográfica e cultural.

Não deixa de ser interessante verificar a coincidência em boa parte verificada do breve reino dos Suevos com o território do Condado Portucalense, conforme bem assinalou Oliveira MARQUES (1970). De facto, o magistral estudo de Alberto Sampaio, publicado primeiro em sucessivos números da *Revista de Guimarães* e depois na revista *Portugalia* (SAMPAIO, 1903), a que modestamente deu o nome de “As ‘Villas’ do Norte de Portugal”, demonstrou que a estrutura da sociedade tardo-romana persistiu por mais de mil anos naquela região, embora os senhores se tenham sucedido. Deste modo, parece lícito admitir



FIG. 18 – Estátua de guerreiro galaico-lusitano de Outeiro Lezenho, Boticas, outrora existente à entrada do Jardim Real da Ajuda (Lisboa) e hoje no Museu Nacional de Arqueologia (segundo BOSCH GIMPERA, 1932).

que, salvaguardadas as contribuições de muitas e diversas origens, o fundo populacional permaneceu, na sua essência, o mesmo.

Mas, se a continuidade das características populacionais desta região parece demonstrada desde os primórdios da Cultura Castreja, onde já se evidenciavam algumas particularidades distintivas relativamente à região da Galiza, já a formação do reino de Portugal é uma realidade completamente distinta.

Orlando Ribeiro em conferência realizada no Centro Cultural de Bruxelas (RIBEIRO, 1939), declarou: *“não há nada em História mais obscuro que identificar a formação de uma nação e o desenvolvimento do sentimento nacional até este se tornar vontade política”*. E é o mesmo autor a observar que *“a vontade dos homens vale muito, mas ao lado existem outras forças mais obscuras, mais persistentes e sobretudo mais permanentes que as contingências da História”*. Para ele, foi o Estado, numa palavra, que criou a Nação, aproveitando como elementos catalisadores a individualidade imanente das populações que desde há milénios ocupavam a região mais ocidental da Península Ibérica: *“Portugal possui um pendor atlântico que voltou costas a Espanha para se abrir ao Atlântico. Toda a sua história traz essa marca. Outra marca é o seu isolamento: vai-se lá para ficar, ou para mudar de continente, constituindo a frente marítima o fim do mundo europeu, pelo que o território possui em si as condições para uma vida independente e uma actividade marítima quase necessária”*. Com efeito, reforçando a perspectiva de Orlando Ribeiro e dos que o antecederam na busca das raízes mais profundas das populações portuguesas, as marcas identitárias das mesmas ascendem, pelo menos, a meados do 3.º milénio a.C., quando as comunidades campaniformes, então estabelecidas na região do estuário do Tejo, difundiram a produção daquelas cerâmicas por via marítima, especialmente para Norte (Fig. 19). É importante sublinhar que tal realidade teve continuidade, muito mais tarde, no Bronze Final, na viragem do 2.º para o 1.º milénio a.C. (Fig. 20), quando esta mesma região serviu como placa giratória entre o Norte Atlântico e o Sul mediterrânico, difundindo produções metálicas aqui produzidas e recebendo, em contrapartida, produtos manufacturados de ambas oriundos. Era o espírito comercial e mercantilista que emergia, antecedente das grandes navegações oceânicas dos portugueses. 🏴

FIG. 19 – Difusão dos vasos campaniformes por via marítima a partir do estuário do Tejo (segundo SALANOVA, 2000).

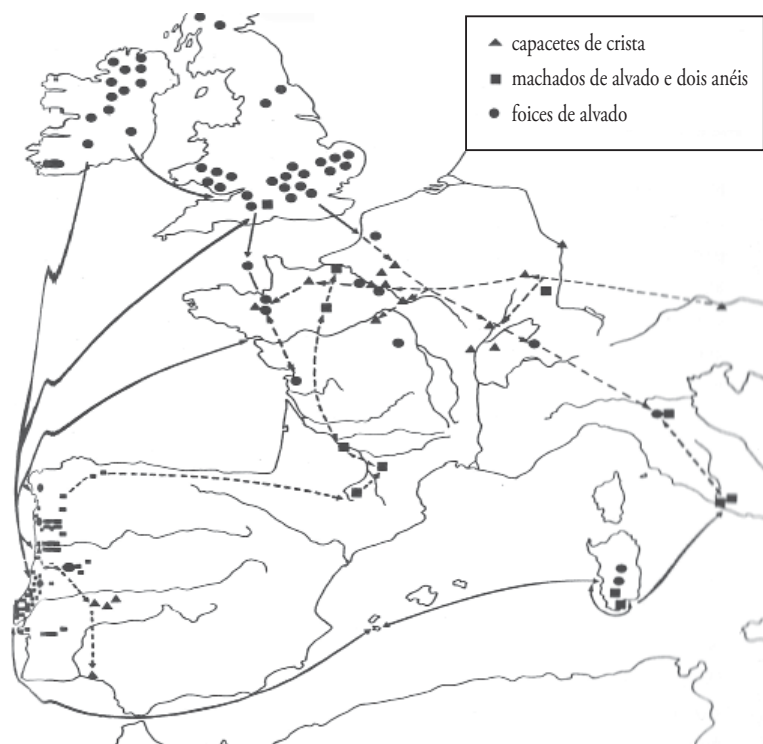
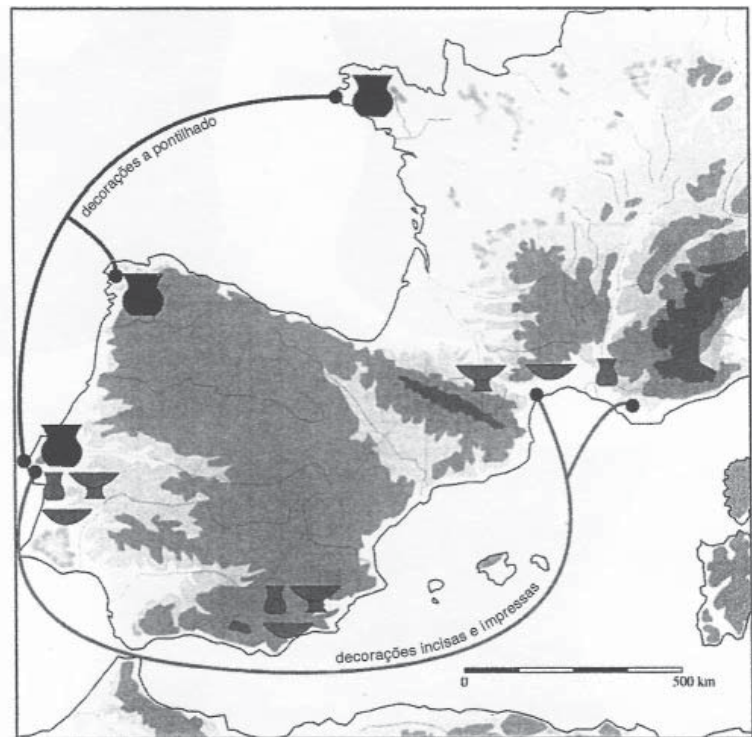


FIG. 20 – Comércio atlanto-mediterrâneo de diversos tipos de artefactos de bronze, assumindo a região do estuário do Tejo importante papel (segundo COFFYN, 1985).

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge de (1988) – “Os Montes Hermínios e os Lusitanos”. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Vol. 2, pp. 41-48.
- ALARCÃO, Jorge de (1991) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALMAGRO GORBEA, Martín (2023) – “Sobre los Orígenes de Lusitania”. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 32: 249-262. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7920529>
- ALMEIDA, Fernando de (1977) – “As Origens do Povo Português e Alexandre Herculano”. In *Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 141-177.
- ALMEIDA, Justino Mendes de (1967) – “A Orla Marítima Portuguesa num Texto do Século VI Antes de Cristo”. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 4: 61-64.
- BOSCH GIMPERA, Pedro (1922) – “Ensayo de una reconstrucción de la Etnología de la Península Ibérica”. *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*. Santander. 4 (1): 11-50; 4 (2): 104-137; 4 (3): 227-281.
- BOSCH GIMPERA, Pedro (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Apha.
- BOSCH GIMPERA, Pedro (1939) – “Two Celtic Waves in Spain”. *Proceedings of the British Academy*. London. 26 (separata).
- BOSCH GIMPERA, Pedro (1945) – *El Poblamiento y la Formación de los Pueblos de España*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Imprenta universitaria.
- BOSCH GIMPERA, Pedro (1974) – *Paleontología de la Península Ibérica: colección de trabajos sobre los celtas, iberos, vascos, griegos y fenicios*. Graz: Akademische Drck.
- BRITO, Frei Bernardo de (1806) – *Monarquia Lusitana. Livro primeiro*. In *Coleção dos Principais Autores da História Portuguesa*, publicada com notas pelo director da Classe de Literatura da Academia Real das Ciências. Lisboa: Na tipografia da mesma Academia. Tomo I.
- CARDOSO, João Luís (2021) – “Os ‘Báculos’ das Sociedades Agropastoris do Sul do Território Português (último quartel do 4.º milénio/íncios do 3.º milénio a. C.)”. In BUENO RAMÍREZ, Primitiva e SOLER DÍAZ, Jorge (coords.). *Ídolos. Olhares Milenares. O estado da arte em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional, pp. 171-199. <http://hdl.handle.net/10400.2/11950>
- CARDOSO, João Luís (2022) – “A Conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem de 30 de Julho de 1733 na Academia Real da História Portuguesa, ou o primeiro ensaio pré científico sobre a antiguidade dos dólmenes”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 30: 189-216. <https://bit.ly/46u4ZAb>
- CARDOSO, João Luís; CANINAS, João Carlos e HENRIQUES, Francisco (1998) – “Duas Cabanas Circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco)”. In *A Pré-História na Beira Interior; Actas do colóquio*. Viseu: CEPBA, pp. 325-345 (*Estudos Pré-Históricos*, 6).
- COFFYN, André (1985) – *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion De Bocard.
- CORRÊA, Mendes (1924) – *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa editora de A. Figueirinhas.
- DANIEL, Glyn (1941) – “The dual nature of megalithic colonisation of Prehistoric Europe”. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Londres. Vol. 1 (separata).
- GUERRA, Amílcar (2016) – “O Olhar do Outro: Lusitânia pré-romana”. In *Lusitânia Romana: origem de dois povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 24-33.
- HERCULANO, Alexandre (1846) – *História de Portugal*. Lisboa. Tomo 1.
- LAMBRINO, Scarlat (1957) – “Les Lusitaniens”. *Euphrosyne - Journal for Classical Philology*. Lisboa. 1.ª série. 1: 117-145. <https://doi.org/10.1484/j.euphr.5.127847>
- LILLIOS, Katina (2008) – *Heraldry for the dead*. Austin: University of Texas Press.
- MACEDO, Jorge Borges de (1970) – “Alexandre Herculano e a Arqueologia”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Série 9. 2: 9-22. <https://bit.ly/4gLF0Th>
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1973) – *História de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Edições Ágora.
- MENDONÇA, Martinho de (1733) – “Noticias da conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 30 de julho de 1733”. *Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa occidental: na oficina de Joseph Antonio da Sylva
- RESENDE, André de (1593) – *De antiquitatibus lusitaniae. Libri quatuor*. Évora: Martinus Burgensis.
- RIBEIRO, Orlando (1939) – *La formation du Portugal. Conférence faite le 24 avril 1939 à l'Institut de Culture Portugaise, à Bruxelles*. Bruxelles: Instituto de Cultura Portuguesa.
- SALANOVA, Laure (2000) – “Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais”. In *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Porto: ADECAP. Vol. 4, pp. 399-409.
- SAMPAIO, Alberto (1903) – “As ‘Villas’ do Norte de Portugal”. *Portugalia*. Porto. 1: 97-128; 281-324, 549-584; 757-806.
- SANTO ANTÓNIO, Frei Henrique de (1745) – *Crónica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Lisboa: Na oficina de Francisco da Silva. Vol. 1.
- SARMENTO, Francisco Martins (1880) – *Os Lusitanos*. Porto: Tipografia António José da Silva Teixeira.
- SCHULTEN, Adolf (1940) – *Viriato*. Porto: Livraria Civilização.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007) – *A Cultura Castreja*. 2.ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.
- VASCONCELOS, José Leite de (1923) – *Origem Histórica e Formação do Povo Português*. Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional.
- VASCONCELOS, José Leite de (1933) – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.

PUBLICIDADE

Leia também...



PDF integral e gratuito

edição



Centro de Arqueologia de Almada

última edição
 N.º 28-2 | Julho 2025



https://zenodo.org/communities/al-madan_online

<https://issuu.com/almadan>

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam activas em 2025-10-20]